



Acórdão 01283/2021-4 - Plenário

Processo: 02362/2021-2

Classificação: Prestação de Contas Anual de Ordenador

Exercício: 2020

UG: CMV - Câmara Municipal de Vitória

Relator: Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha

Interessado: DAVI ESMAEL MENEZES DE ALMEIDA

Responsável: CLEBER JOSE FELIX

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE
2020 – REGULAR – QUITAÇÃO – RECOMENDAR –
DAR CIÊNCIA – ARQUIVAR.**

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA:

1. DO RELATÓRIO:

Tratam os autos da Prestação de Contas Anual da **Câmara Municipal de Vitória**, referente ao **exercício de 2020**, sob a responsabilidade do **Sr. Cléber José Félix**.

Considerando a completude apresentada na análise de mérito contida no **Relatório Técnico 00259/2021-9**, o **Núcleo de Controle Externo de Contabilidade - NContas**, por meio da **Instrução Técnica Conclusiva 04611/2021-6**, opinou pelo julgamento **REGULAR** das contas do responsável, bem como pela expedição de recomendação.

O **Ministério Público de Contas**, por meio do **Parecer 05071/2021-3**, de lavra do Procurador Dr. Luís Henrique Anastácio da Silva, anuiu aos argumentos fáticos e jurídicos delineados na Instrução Técnica Conclusiva.

É o Relatório. Passo a fundamentar.

VOTO

2. DA FUNDAMENTAÇÃO:

Analisados os autos, verifico que a área técnica e o Ministério Público de Contas manifestaram-se pela **regularidade** das Contas do responsável, na forma do artigo 84, I, da lei complementar estadual 621/2012, conforme os fundamentos expostos pelo corpo técnico no **Relatório Técnico 00259/2021-9** e na **Instrução Técnica Conclusiva 04611/2021-6**, abaixo transcritos:

Instrução Técnica Conclusiva 04611/2021-6

Considerando a completude apresentada na análise de mérito contida no Relatório Técnico 259/2021-9, que preenche, portanto, os requisitos estabelecidos no artigo 319 do RITCEES, nos manifestamos pelo julgamento do presente feito nos moldes ali sugeridos, anuindo-se aos argumentos fáticos e jurídicos descritos na referida peça técnica, que nestes termos se pronunciou:

9. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A prestação de contas anual analisada refletiu a conduta do presidente da Câmara Municipal de Vitória, sob a responsabilidade de CLEBER JOSE FELIX, em suas funções como ordenador de despesas, no exercício de 2020.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 68/2020.

Sob o aspecto técnico-contábil, opina-se pelo julgamento regular da prestação de contas sob a responsabilidade de CLEBER JOSE FELIX, no exercício de 2020, na forma do artigo 84 da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Acrescenta-se sugestão de recomendar ao chefe do Poder Legislativo Municipal que proceda nos próximos exercícios o registro contábil do duodécimo recebido pela Câmara na conta 4.5.1.1.2.01.00 (Cota Recebida).

Compulsando detidamente os autos, observo que o feito se encontra devidamente instruído, considerando o atendimento a todos os trâmites legais e regimentais, bem como aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, estando apto ao julgamento de mérito.

Assim, constato que a área técnica, em análise aos pontos de controle, verificou a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis, não registrando inconsistências quanto a execução orçamentária, execução financeira e patrimonial.

No tocante ao recolhimento de contribuições previdenciárias, do confronto entre os valores registrados pela unidade gestora e os valores devidos apurou-se que estão dentro dos limites aceitáveis, para fins de análise das contas. Não há registro de parcelamentos de débitos previdenciários.

Quanto ao atendimento dos limites legais, observa-se a obediência ao limite de Despesas com pessoal (art. 18 a 23 da LC 101/2000 - LRF), bem como em relação ao art. 42 da LRF.

No que se refere aos limites impostos pela Constituição da República, verifico a obediência aos seguintes limites:

- Gasto individual com subsídio dos vereadores;
- Gastos totais com a remuneração dos vereadores;
- Gastos totais com a folha de pagamento do Poder Legislativo;
- Gastos totais do Poder Legislativo;

Quanto à documentação encaminhada pelo Controle Interno, em atendimento a IN 43/2017, não foram apontados indicativos de irregularidades.

Desse modo, dos elementos constantes dos autos, **entendo que assiste razão à área técnica e o Ministério Público de Contas, quanto à regularidade das contas em apreço**, na forma do artigo 84, I, da Lei Complementar Estadual 621/2012, motivo pelo qual adoto tais posicionamentos como razão de decidir.

3. DOS DISPOSITIVOS:

Ante o exposto, acompanhando o posicionamento técnico e ministerial, **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação.

LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

Conselheiro Relator

1. ACÓRDÃO TC-1283/2021 – PLENÁRIO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão do **Plenário**, ante as razões expostas no voto do relator, em:

1.1. JULGAR REGULAR a prestação de contas anual do Sr. Cléber José Félix, referente ao exercício de 2020, na forma do artigo 84, inciso I e 85 da Lei Complementar Estadual 621/2012, no exercício de funções de ordenador de despesas da Câmara Municipal de Vitória, dando-lhe quitação;

1.2. RECOMENDAR ao atual chefe do Poder Legislativo Municipal que proceda nos próximos exercícios com a correta contabilização dos duodécimos recebidos (conta 4.5.1.1.2.01.00 – Cota Recebida);

1.3. DAR CIÊNCIA aos interessados;

1.4. ARQUIVAR os autos, após trânsito em julgado.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 04/11/2021 - 58ª Sessão Ordinária do Plenário.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (presidente), Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha (relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Sérgio Aboudib

Ferreira Pinto, Domingos Augusto Taufner, Sérgio Manoel Nader Borges e Rodrigo Coelho do Carmo.

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

Presidente

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

Relator

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUIS HENRIQUE ANÁSTÁCIO DA SILVA

Procurador-geral

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR

Secretário-geral das Sessões